



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Serviço de Controle Predial

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA
- Processo: SEI-070002/002241/2026
- Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA, CONFORME CBO – CADASTRO BRASILEIRO DE OCUPAÇÕES EM SUA FAMÍLIA 5174, DE FORMA CONTÍNUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, NAS DEPENDÊNCIAS DO EDIFÍCIO-SEDE E UNIDADES DESCENTRALIZADAS DESTES INSTITUTO EM TODO TERRITÓRIO FLUMINENSE.**
- Indicação da Equipe de Planejamento:

- Nos termos do art. 12 do Decreto nº 48.816/2023, que dispõe sobre os requisitos para a fase preparatória das contratações públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica designada, para acompanhamento e elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e demais atos da fase preparatória, a seguinte equipe:

Nº	Nome	Cargo/Função	Lotação
1	Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira	Chefe de Serviço de Controle Predial	SERVOP
2	Dominique Peres Galiasso	Gerente de Administração e Logística	GERADL

1. INTRODUÇÃO -

1.1 Justificativa da necessidade:

Considerando a necessidade de garantir a segurança patrimonial, física e institucional das dependências do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, bem como de suas unidades descentralizadas e demais edificações sob sua responsabilidade, torna-se imprescindível a contratação de serviços de vigia patrimonial, com vistas à preservação da integridade dos bens públicos, servidores, prestadores de serviço e visitantes.

A presente contratação visa atender às demandas contínuas e essenciais do órgão, relacionadas ao controle de acesso, à observação permanente das instalações e à proteção das áreas administrativas, operacionais e ambientais, atuando de forma preventiva na inibição de atos de vandalismo, furtos, invasões e demais ocorrências que possam comprometer o regular funcionamento das atividades institucionais do Instituto.

Ressalta-se que o serviço de vigia patrimonial possui caráter contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, sendo indispensável para a manutenção das condições adequadas de segurança, organização e funcionamento das unidades sob responsabilidade do INEA.

Ademais, em conformidade com o disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação encontra-se devidamente justificada quanto à sua necessidade, vantajosidade e aderência ao interesse público, estando alinhada ao Plano de Contratações Anual, bem como às diretrizes de gestão e fiscalização contratual.

Destaca-se que a atuação dos vigias patrimoniais se restringe às atividades de caráter preventivo e ostensivo, sem o porte de arma de fogo, diferenciando-se, portanto, dos serviços de vigilância armada, o que se mostra mais adequado ao perfil das unidades do INEA, além de representar solução mais econômica para a Administração Pública, sem prejuízo à segurança institucional.

Dessa forma, considerando a natureza essencial e permanente dos serviços de vigia patrimonial, bem como o dever da Administração de zelar pela preservação do patrimônio público e pela segurança das instalações sob sua responsabilidade, resta plenamente justificada a contratação pretendida.

1.2 Resultados pretendidos:

- Preservação do patrimônio público, mediante atuação preventiva contínua nas dependências do Instituto e em suas unidades descentralizadas, reduzindo riscos de furtos, vandalismo, invasões e danos às edificações e equipamentos.
- Aumento da segurança institucional, proporcionando ambiente mais seguro para servidores, colaboradores, prestadores de serviço e visitantes, contribuindo para o regular desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais.
- Controle e organização do acesso às unidades, com registro, orientação e monitoramento da circulação de pessoas e veículos, fortalecendo os mecanismos de proteção física das instalações.
- Redução de ocorrências e prejuízos materiais, por meio da presença ostensiva dos vigias patrimoniais, atuando de forma dissuasória frente a práticas ilícitas ou situações de risco.
- Garantia da continuidade dos serviços públicos prestados pelo INEA, evitando interrupções decorrentes de incidentes de segurança que possam comprometer as atividades finalísticas do órgão.
- Racionalização dos custos administrativos, mediante a adoção de serviço compatível com as necessidades do Instituto, sem o emprego de vigilância armada, o que se mostra mais econômico e adequado ao perfil das unidades.
- Melhoria na gestão da segurança patrimonial, com definição clara de responsabilidades, rotinas de fiscalização contratual e indicadores de desempenho, permitindo maior controle e eficiência na execução do serviço.
- Conformidade com a legislação vigente, assegurando que a prestação dos serviços ocorra em alinhamento às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às normas internas de contratação pública.

1.3. Área requisitante:

1.3.1 Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

1.3.2 Unidade/Setor/Departamento: SERVCOP - Serviço de Controle Predial

2. VINCULAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PCA) -

NÚMERO	DATA	ID SIGA
243200/2026/00058	23/02/2026	147756
		197816
		197817

3. ANÁLISE DO CENÁRIO -

3.1 Avaliação comparativa (Benchmarking):

3.1.1 Contratações similares feitas pelo próprio Órgão/Entidade:

- SEI-070002/003492/2020 .

3.1.2 Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades:

- SEI-520002/000085/2025 (Contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial a ser prestado por empresa especializada nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilantes armados e desarmados, a fim de atender as necessidades EMATER-RIO).

- SEI-150016/037797/2024 (Contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, por postos de trabalho, alocados nas dependências desta Autarquia, com equipamentos e supervisão para atender às unidades do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ em todo território do Estado do Rio de Janeiro).

- Proc. nº 03/300.433/2022 (Registro de preços para prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas por dia, 7 dias na semana, nas estações e terminais do corredor BRT Transbrasil, para a MOBIL-RIO).

3.2 Enquadramento legal:

3.2.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

3.3 Estimativas da quantidades do INEA:

ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
147756	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA A PROFISSÃO DE SUPERVISOR DE VIGIA PATRIMONIAL (CBO - 5174-20)	SERVIÇO	1
197816	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGIA DESARMADO, PERIODO 12 X 36, TURNO DIURNO	SERVIÇO	1
197817	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGIA DESARMADO, PERIODO 12 X 36, TURNO NOTURNO	SERVIÇO	1

3.4 Audiência pública:

3.4.1 Não se aplica.

3.5 Estimativa de Valor:

3.5.1 A estimativa preliminar é de R\$4.300.000 (quatro milhões e trezentos mil reais), levando em conta 12 meses de contrato.

3.5.2 O valor adotado toma por base o Contrato INEA nº 04/2021 (12627674), considerado o ajuste mais recente firmado para objeto idêntico, servindo, portanto, como referência de mercado e de compatibilidade de preços.

3.6 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação:

3.6.1 Orienta-se que a licitação seja realizada por lote, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas orientações contidas na Resolução PGE nº 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por lote permite a contratação de empresas especializadas por grupo de serviços afins, garantindo maior racionalidade administrativa, padronização na execução e facilidade de gestão contratual.

3.6.2 Destaca-se, ainda, que a adoção da modalidade por lote contribui para a otimização dos resultados e para a melhor coordenação das atividades, especialmente quando os serviços que compõem cada lote possuem natureza correlata ou demandam integração operacional, assegurando a eficiência e continuidade da prestação dos serviços.

3.7 Levantamento de mercado:

CENÁRIO 1 – contratação de pessoa jurídica especializada

- Esse cenário consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para a condução do pretendido serviço de vigia.

- Primeiramente, como pontos positivos, há de se destacar a celeridade para o início da prestação do serviço, haja visto que não haveria a necessidade de instauração de processos de contratação prolongados - tal qual um processo seletivo - e a realização de capacitações. Para além disso, há de se considerar a economicidade oriunda da mitigação de despesas relacionados à aquisição ou aluguel de equipamentos necessários, remunerações, meios para mobilidade da equipe e dentre outras despesas.

- Como pontos de atenção, estão os riscos associados à possibilidade de interrupção da prestação de serviços por parte da contratada em virtude de questões financeiras ou escassez de recurso orçamentário, maior custo global ou prestação de serviço precário em desconformidade com o Termo de Referência. Entretanto, tais riscos podem e devem ser minimizados por meio de uma gestão e fiscalização contratual eficiente.

- Este cenário proporciona a contratação de empresas experientes no mercado, com profissionais qualificados para exercerem as funções descritas neste ETP, garantindo ampla concorrência, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

CENÁRIO 2 – Execução direta com recursos próprios do Inea

- Este cenário consiste na realização das ações formativas por meio de execução direta, onde o Inea utiliza seus próprios recursos humanos.

- Para esta hipótese, o estudo baseou-se em preencher as funções requeridas, por meio da alocação de profissionais que já compõem o quadro do Inea.

- Esta proposta tem como ponto positivo que o serviço seja desempenhado de forma contínua com profissionais mais experientes ao longo do tempo, ao fim da curva de aprendizado característica da função.

- Considerando que o Inea possui carência de profissionais com experiência no serviço de vigilância patrimonial, entende-se que esse cenário se torna inviável sem a promoção de um novo processo seletivo.

CENÁRIO 3 – adesão à ata

Após pesquisa por atas de registro de preços para o objeto pretendido, nenhum resultado foi encontrado.



Compras Públicas

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

Nenhum resultado foi encontrado.

Pesquisar Atas de Registro de Preço

Data: 06/11/2025 Hora Consulta: 09:09

Por Dados da Ata

Status:

Selecione

Número da Ata:

Digite o número da ata

Validade:

Data Início Validade:

__/__/__

Unidade:

Selecione

Critério de Julgamento:

Selecione

Data Fim Validade:

__/__/__

Por Dados do Fornecedor

Nome/Razão Social:

CPF/CNPJ

 Fale Conosco

(<https://www.compras.rj.gov.br/suportelogistico/>)

<input type="text" value="Digite o nome do fornecedor"/>		<input type="text" value="Digite o CPF/CNPJ do fornecedor"/>	
<hr/>			
Por Item			
Tipo:		Família:	
<input type="text" value="2 - SERVICOS"/>		<input type="text" value="56 - SERVICOS DE VIGILANCIA / SEGURANCA PATI"/>	
Classe:		Artigo:	
<input type="text" value="325 - SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA PA"/>		<input type="text" value="1 - SERVICOS DE VIGILANCIA"/>	
Tipo de Pesquisa:		Termo do Item:	
<input type="text" value="Descrição do Item"/>		<input type="text" value="Contratação de vigia"/>	
<input type="checkbox"/> Itens sustentáveis		<input type="button" value="ADICIONAR LINHA"/>	



Fale Conosco

(<https://www.compras.rj.gov.br/suportelogistico/>)

Conclusão do Benchmarking:

Considerando que esta Autarquia não dispõe dos profissionais com a experiência necessária, não podendo desviar funções e/ou atribuições de seus servidores que exerçam outras atividades para suprir a carência dos profissionais necessários para execução do escopo proposto neste Estudo;

Considera-se que o cenário 1 - contratação de pessoa jurídica especializada - como a melhor alternativa para atender à demanda de (objeto);

Considerando que não foram encontrados nenhuma ata de registro de preços vigente para o objeto em questão;

A justificativa desta escolha – CENÁRIO 1 - e da não adesão aos demais cenários considerados baseia-se na análise do cenário (Item 3.7 do ETP), onde entende-se que o Inea não tem disponível em seu quadro de pessoal as expertises das funções demandadas e que não pode, por questões legais, desviar de função seus servidores para suprir a carência desses profissionais.

Desta forma, entende-se que a contratação de pessoa jurídica por meio de licitação promove o interesse público com maior eficácia, economicidade e segurança técnica e jurídica.

4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS -

4.1 DEFINIÇÃO:

ID SIGA - 147756 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA A PROFISSAO DE SUPERVISOR DE VIGIA PATRIMONIAL (CBO - 5174-20).

ID SIGA - 197816 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGIA DESARMADO, PERIODO 12 X 36, TURNO DIURNO.

ID SIGA - 197817 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGIA DESARMADO, PERIODO 12 X 36, TURNO NOTURNO.

4.2 OBJETO DA DEMANDA E EFETIVO POR UNIDADE:

--	--	--	--

	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
1	SUPERINTENDÊNCIA DA BAÍA ILHA GRANDE (SUPBIG)	ESTRADA DO MARINAS, Nº 111, CASA 12 - MARINAS	ANGRA DOS REIS
2	SUPERINTENDÊNCIA LAGOS SÃO JOÃO (SUPLAJ)	RUA BERNARDO VASCONCELOS, Nº154	ARARUAMA
3	ESCRITÓRIO AVANÇADO DO INEA (SUPLAJ)	RUA JOSÉ ANTONIO SAMPAIO, 06 - PARQUE RIVIEIRA	CABO FRIO
4	SUPERINTENDÊNCIA BAIXO PARAÍBA DO SUL (SUPBAP)	AVENIDA JOSÉ ALVES DE AZEVEDO, Nº 483/485/489 - PARQUE DO ROSÁRIO	CAMPOS DOS GOYTACAZES
5	ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO DO POLDER	AV. PRESIDENTE KENNEDY, S/Nº LOTE 15	DUQUE DE CAXIAS
6	CENTRO DE PRIMATOLOGIA (CPRJ)	ESTRADA DO PARAÍSO, S/Nº	GUAPIMIRIM
7	SUPERINTENDÊNCIA DE MACAÉ E RIO DAS OSTRAS (SUPMA)	AVENIDA PUNTA DEL LESTE 187, CAVALEIROS	MACAÉ
8	SUPERINTENDÊNCIA DA BAÍA DE GUANABARA (SUPBG)	AVENIDA FELICIANO SODRÉ, Nº8 - CENTRO	NITERÓI
9	POSTO TERESÓPOLIS	ROD. 116 KM 84,5 - FAZENDA VALE DA REVOLTA	TERESÓPOLIS
10	SUPERINTENDÊNCIA DO RIO PIABANHA (SUPPIB)	RUA BUENOS AIRES. 204 - CENTRO	PETRÓPOLIS
11	ALMOXARIFADO INEA (SEALMO)	RUA ANDRÉ PINTO, 29 - RAMOS	RIO DE JANEIRO
12	CENTRO CULTURAL ENCONTRO DAS ÁGUAS (ECOS)	AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 1.444 - LAGOA	RIO DE JANEIRO
13	DEPÓSITO	RUA PIRANGI, 119 - OLARIA	RIO DE JANEIRO
14	EDIFÍCIO SEDE INEA	AV. VENEZUELA N. 110, SAÚDE	RIO DE JANEIRO
15	ELOI - GARAGEM	PRAÇA ELOI DE ANDRADE, S/Nº - BONSUCESSO	RIO DE JANEIRO
16	ESTACIONAMENTO INEA	AV. VENEZUELA N. 57, SAÚDE	RIO DE JANEIRO
17	GERÊNCIA DE ANÁLISES LABORATORIAIS (GERLAB)	AVENIDA SALVADOR ALLENDE, 5.500 - BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO
19	SUPERINTENDÊNCIA RIO DOIS RIOS (SUPRID)	AVENIDA CONSELHEIRO JULIUS ARP Nº8 - CENTRO	RIO DE JANEIRO
20	SEAPLI - SERVIÇO DE ECOLOGIA APLICADA	ESTRADA DA VISTA CHINESA, Nº741-ALTO DA BOA VISTA	RIO DE JANEIRO

21	SEAN - SERVIÇO DE APOIO AO NOROESTE	RUA NILO PEÇANHA, 82	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
22	GEOB – GERÊNCIA DE OBRAS - LOCOMOÇÃO	ESTRADA RIO SÃO PAULO, Nº 1456 – CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO
23	RADAR DE MONITORAMENTO	ESTRADA DO MATO ALTO, Nº5.609 - GUARATIBA	RIO DE JANEIRO
24	SUPERINTENDÊNCIA DO MÉDIO PARAÍBA (SUPMEP)	RUA CINCINATO BRAGA 221 - ATERRADO	VOLTA REDONDA
25	SUPERINTENDÊNCIA DO MÉDIO PARAÍBA (SUPMEP) - DESATIVADO	RUA ALMIRANTE ADALBERTO BARROS NUNES Nº 5.900, BELMONTE	VOLTA REDONDA

QUADRO RESUMO - POSTOS 12X36 POR MUNICÍPIO

U.A.	SUPERVISOR	POSTO		VIGIA		-
		12x36		12X36		5X2
		DIURNO	NOTURNO	DIURNO	NOTURNO	-
ALMOXARIFADO	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
CPRJ	DESCENTRALIZADA	2	2	4	4	0
DEPÓSITO INEA	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
ESPAÇO ECOS	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
GARAGEM INEA	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
GERLAB	RIO DE JANEIRO	2	2	4	4	0
GEOB	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
NOVA FRIBURGO	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
POLDER CAXIAS	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
SANTO ANTONIO DE PÁDUA	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SEDE	RIO DE JANEIRO	2	2	4	4	0
SEDE – GARAGEM	RIO DE JANEIRO	2	2	4	4	0
SEAPLI	RIO DE JANEIRO	1	1	2	2	0
SUPBAP	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPBG	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPBIG	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPLAJ	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPLAJ	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPMA	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPMEP	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPMEP	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
SUPPIB	DESCENTRALIZADA	1	1	2	2	0
POSTO TERESÓPOLIS	DESCENTRALIZADA	0	2	0	4	0

SUPERVISOR DESCENTRALIZADA	-	0	0	0	0	1
SUPERVISOR GRANDE RIO	-	0	0	0	0	1
	TOTAL	27	29	54	58	2

RESUMO - POSTOS E QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS

TIPO	ESCALA	POSTO	FUNCIONÁRIO
VIGIA DIURNO	12X36	27	54
VIGIA NOTURNO	12X36	29	58
SUPERVISOR	5x2	2	2

4.3 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E CARACTERÍSTICAS PARTICULARES:

- O serviço de vigilância patrimonial a ser contratado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA será prestado com base em Postos de Serviço e escalas previamente definidas pela Comissão Fiscalizadora do Contrato, observando-se a necessidade operacional de cada unidade administrativa.

- A critério do INEA, os postos poderão ser remanejados, alterados ou readequados, total ou parcialmente, conforme o interesse público e as demandas do órgão.

4.3.1 Objetivo e Finalidade:

- Os serviços têm por finalidade garantir a integridade física e patrimonial dos bens públicos sob responsabilidade do INEA, bem como a segurança das instalações, servidores e visitantes, mediante atuação preventiva e contínua dos profissionais designados.

4.3.2. Condições Gerais de Execução:

- Os vigias deverão desempenhar suas atividades com assiduidade, pontualidade e zelo, apresentando-se devidamente uniformizados, com aparência pessoal adequada e conduta compatível com o ambiente institucional.

- Deverão manter postura cortês, atenciosa e respeitosa com servidores e visitantes, sendo vedado o uso de linguagem inadequada, a realização de atividades estranhas às suas atribuições, bem como o afastamento do posto sem prévia autorização do supervisor ou fiscal do contrato.

4.3.3. Rotinas e Procedimentos Operacionais

- Efetuar rondas periódicas nas dependências sob sua responsabilidade, observando o correto funcionamento das instalações e comunicando qualquer irregularidade ao fiscal designado;
- Registrar, em livro de ocorrências, todas as situações relevantes, intercorrências ou anormalidades identificadas durante o turno;
- Zelar pela segurança patrimonial e pela ordem nos acessos, impedindo a entrada de pessoas não autorizadas e controlando rigorosamente o fluxo de entrada e saída de servidores, visitantes, prestadores de serviço e veículos;
- Realizar vistoria completa ao início e término de cada turno, verificando portas, janelas, luzes e equipamentos, garantindo o desligamento dos circuitos e dispositivos não essenciais, conforme orientação do Serviço de Controle Predial do INEA;
- Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato ou à autoridade competente qualquer fato que represente risco à integridade física, patrimonial ou ao regular funcionamento das atividades do órgão;
- Cooperar, quando necessário, com as forças de segurança pública, fornecendo informações e apoio no âmbito de sua competência.

4.3.4 Condutas e Vedações:

É expressamente vedado aos vigias:

- Abandonar o posto de serviço sem autorização;
- Executar atividades alheias às suas funções;
- Ler jornais, revistas ou utilizar aparelhos eletrônicos pessoais durante o horário de trabalho;
- Permitir o ingresso de pessoas não autorizadas, embriagadas, sob efeito de entorpecentes ou que apresentem comportamento inadequado;
- Permitir o ingresso de vendedores ambulantes, animais de estimação ou pessoas sem identificação válida;
- Utilizar o posto de serviço para guarda de objetos pessoais ou de terceiros.

4.3.5 Atendimento e Controle de Acesso:

- Receber, orientar e encaminhar visitantes com urbanidade e eficiência, realizando controle de entrada e saída em sistema informatizado, mediante apresentação de documento de identificação.
- Permitir o acesso somente de pessoas previamente autorizadas ou identificadas com crachá funcional emitido pelo INEA.
- Garantir prioridade de atendimento e locomoção a idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Registrar em sistema o horário de entrada, permanência e saída de visitantes, mantendo controle e sigilo das informações coletadas.
- Manter em local visível lista de telefones úteis (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, SAMU, concessionárias, delegacia, etc.), conforme orientação da Comissão Fiscalizadora.

4.3.6 Supervisão e Fiscalização:

Compete ao Fiscal e/ou Supervisor de Posto da Contratada:

- Controlar diariamente a frequência, pontualidade e apresentação dos vigilantes;
- Registrar e comunicar à fiscalização do INEA quaisquer irregularidades, substituições ou ocorrências relevantes;
- Realizar inspeções periódicas nos postos (mínimo de duas por quinzena), verificando o cumprimento das rotinas;
- Garantir a comunicação eficiente entre os vigilantes e a contratada;
- Adotar medidas corretivas imediatas em casos de descumprimento contratual ou conduta inadequada dos empregados.

4.3.7 Conformidade Legal:

- A execução dos serviços deverá observar os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente os previstos nos arts. 5º, 6º, 7º, 11 e 117, quanto à eficiência, continuidade, economicidade, fiscalização contratual e qualidade da prestação do serviço.

- A contratada deverá ainda observar todas as normas trabalhistas, previdenciárias, de segurança e medicina do trabalho, respondendo integralmente por sua equipe e pelos encargos decorrentes.

4.4 JORNADA DE TRABALHO E PECULIARIDADES:

- Os serviços deverão observar os seguintes horários, escalas e características de execução, conforme as necessidades operacionais do INEA e das unidades administrativas abrangidas pelo contrato:

4.4.1 Postos de Serviço:

- Os Postos de Serviço funcionarão em escala de 12x36 horas, abrangendo turnos diurnos e noturnos, com prestação de serviços ininterrupta, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, os quais serão considerados dias normais de trabalho dentro da respectiva escala.

- Cada posto de serviço terá sua composição funcional e quantitativo de pessoal definidos no Anexo III (123989045) – Distribuição dos Postos, parte integrante deste Termo de Referência.

- O trabalho noturno fará jus ao adicional noturno e demais direitos trabalhistas previstos na legislação vigente, cabendo à Contratada a observância integral das normas laborais e de segurança do trabalho.

4.4.2 Posto de Supervisão:

- Os Postos de Supervisão operarão em escala de 5x2, com jornada diurna e atuação itinerante, totalizando 02 (dois) postos, cada qual composto por 01 (um) funcionário designado pela Contratada.

- A função de supervisor tem caráter operacional e fiscalizador interno, devendo o profissional acompanhar e orientar os vigias nos diversos locais de prestação de serviço, garantindo o cumprimento das normas e rotinas estabelecidas.

4.4.3. Organização da Jornada e Controle de Execução:

- A distribuição da carga horária, bem como a execução das atividades, serão definidas e atualizadas conforme as necessidades institucionais do INEA, sob supervisão do Serviço de Controle Predial e/ou Comissão Fiscalizadora do Contrato.

- A Contratada deverá respeitar a jornada regulamentar prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observando os limites legais e o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, quanto à regularidade e qualidade da execução contratual.

- A supervisão funcional externa dos serviços será exercida por funcionário habilitado da Contratada, mediante visitas regulares aos locais de execução, com registros formais das inspeções realizadas.

4.4.4 Uniformes e Apresentação Pessoal:

- A Contratada será responsável pelo fornecimento integral, manutenção e reposição dos uniformes, acessórios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, respeitando padrões de descrição, segurança, conforto e identidade visual institucional.

4.4.4.1 Supervisores (escala 5x2 – diurna):

- Deverão utilizar uniforme executivo, composto por terno ou tailleur em cor única e discreta, com a logomarca da empresa aplicada de forma visível no paletó e nas camisas.

4.4.4.2 Vigias – Sede, Subsedes e Superintendências Regionais:

- A Contratada deverá fornecer, no mínimo, as seguintes vestimentas e acessórios, observando distinção entre os uniformes masculinos e femininos:

VIGIA - FEMININO	VIGIA - MASCULINO
Calça ou Saia Social	Calça Social
Blazer ou Casaco Social	Paletó ou Casaco Social
Blusa Social	Blusa Social
Sapato Social Preto	Sapato Social Preto
Meia Social	Meia Social
Cinto	Cinto

4.4.4.3 Vigilantes – Demais Unidades:

- Os uniformes deverão seguir o padrão corporativo da Contratada, em cor discreta, contendo a logomarca da empresa em tamanho e local visível.

- Deverão ser fornecidas vestimentas adequadas às condições de trabalho e às necessidades locais,

incluindo, quando aplicável, equipamentos de proteção individual (EPI), tais como:

- Botas;
- Pederneiras;
- Capas de chuva;
- Agasalhos;
- Meias;
- Redes de cabelo;
- Cintos;
- Coberturas (bonés ou boinas).

- A Contratada poderá, facultativamente, complementar o uniforme com lenços, broches ou adereços corporativos, desde que mantenham a discríção, padronização e boa apresentação, contribuindo para a identificação e uniformidade visual de seus colaboradores.

4.5 CBO – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES:

- As competências, atividades e responsabilidades profissionais descritas nesta contratação têm como referência o documento oficial CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, instituído pela Portaria MTE nº 397/2002, Família 5174, que abrange as funções de Vigia e Supervisor de Vigia.

- Ressalta-se que a ocupação é um conceito técnico, construído artificialmente pelos analistas ocupacionais, e que as atividades aqui descritas representam o conjunto de atribuições práticas exercidas pelos trabalhadores em regime de emprego ou outra forma regular de prestação de serviço.

- Assim, eventuais lacunas de habilidades ou conhecimentos específicos poderão ser sanadas mediante capacitação e qualificação profissional contínua, sob responsabilidade da Contratada, conforme previsto no art. 117, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigação da contratada em garantir a adequada execução do objeto.

Descrição Sintética da Ocupação – CBO 5174:

- De acordo com a CBO, os profissionais da família 5174 exercem as seguintes atividades gerais:

- Recepcionam e orientam visitantes e usuários; zelam pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, incêndios, acidentes e outras anormalidades; controlam o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais adequados; recebem mercadorias, volumes e correspondências; e realizam pequenas manutenções e verificações de rotina no local de trabalho.

1. Atividades Essenciais do SUPERVISOR:

- O Supervisor deverá desenvolver as atividades básicas e essenciais a seguir, assegurando a conformidade operacional, a organização das escalas e o bom desempenho da equipe:

a) Planejamento de Atividades:

- Apurar fatos e informações para prevenção de ocorrências;
- Elaborar cronogramas de trabalho e escalas operacionais;
- Adotar medidas corretivas imediatas;
- Divulgar técnicas, normas e metodologias de aprimoramento profissional.

b) Coordenação e Fiscalização Operacional:

- Elaborar e revisar as escalas de serviço;
- Conferir a frequência, pontualidade e conduta dos subordinados;
- Remanejar pessoal para cobertura de ausências ou demandas extraordinárias;
- Verificar a apresentação pessoal e o uso do uniforme;
- Fiscalizar a execução das atividades nos postos;

- Checar equipamentos e recursos utilizados no trabalho;
- Prestar assistência e orientação técnica aos vigilantes;
- Requisitar aplicação de medidas disciplinares, quando cabível;
- Supervisionar a execução de rondas e controle de acesso;
- Elaborar relatórios e registros de vistorias e ocorrências;
- Garantir a comunicação eficiente entre a equipe e a Contratada.

c) Competências Comportamentais e Éticas:

- Agir com honestidade, organização, disciplina e sigilo profissional;
- Demonstrar espírito de liderança, equilíbrio emocional e visão estratégica;
- Atuar com comunicação clara, educação e respeito à diversidade;
- Manter-se atualizado quanto à legislação trabalhista e normas de segurança;
- Zelar pelo cumprimento das diretrizes contratuais e padrões de qualidade estabelecidos pelo INEA.

2. Atividades Essenciais do VIGIA:

- Os vigias deverão desempenhar as seguintes atividades essenciais, em conformidade com as diretrizes da CBO 5174 e as orientações da Comissão Fiscalizadora do INEA:

a) Segurança Patrimonial e Operacional:

- Zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio público;
- Controlar o acesso a áreas restritas e monitorar a movimentação interna;
- Realizar rondas periódicas nas dependências;
- Operar e desligar sistemas de iluminação e equipamentos;
- Adotar medidas preventivas contra incêndios, acidentes e ocorrências anormais;
- Prestar primeiros socorros e acionar os órgãos competentes em caso de emergência;
- Solicitar reparos e comunicar irregularidades observadas.

b) Fiscalização e Controle:

- Revistar recintos e áreas de risco, observando normas legais e de respeito à dignidade da pessoa;
- Controlar o fluxo de entrada e saída de pessoas, visitantes e veículos;
- Identificar e registrar objetos, volumes e materiais;
- Apreender objetos ilícitos ou irregulares e encaminhar à autoridade competente.

c) Atendimento e Recepção:

- Recepcionar, identificar e encaminhar visitantes;
- Consultar o servidor responsável antes de autorizar o ingresso de visitantes;
- Acompanhar pessoas às dependências internas, quando necessário;
- Prestar informações ao público com urbanidade e clareza;
- Auxiliar idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

d) Comunicação e Relato:

- Redigir relatórios e registros de ocorrência;

- Comunicar imediatamente quaisquer situações anormais ao supervisor ou fiscal;
- Manter comunicação constante com a equipe e com a Contratada;
- Solicitar presença de autoridades competentes quando necessário.

e) Competências Pessoais e Profissionais:

- Demonstrar atenção, proatividade, iniciativa e autocontrole;
- Trabalhar em equipe, mantendo conduta ética e respeitosa;
- Atuar com discernimento, empatia e capacidade de contornar situações adversas.

3. Conformidade e Responsabilidade:

- A execução das atividades deverá respeitar integralmente:

- As normas da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (Portaria MTE nº 397/2002);
- A legislação trabalhista e previdenciária vigente;
- As diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no tocante à eficiência, fiscalização, economicidade e qualidade da execução contratual.

5. DESENHO DA CONTRATAÇÃO -

5.1 Forma e critérios de seleção do fornecedor:

5.1.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com a Lei 14.133/2021.

5.1.1.2 A Lei 14.133/2021 estabelece duas modalidades principais: disputa aberta e disputa fechada, onde será aderido o modo de DISPUTA ABERTO.

5.2 Forma de execução:

5.2.1 Os pagamentos serão feitos de forma **MENSAL** e a Nota Fiscal emitida será de serviço.

5.2.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

5.2.3 Os pagamentos serão mensais e de acordo com a quantidade de funcionários em atividade no mês anterior ao da emissão da Nota Fiscal, conforme Planilha de Formação de Preços, no Anexo I (123987852).

5.2.4 O prazo do contrato a ser celebrado será de 12 (doze) meses.

6 - INSTITUCIONAL E LEGAL -

6.1 A contratada será responsável pela observância das leis, decretos e regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

Deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais pertinentes à contratação pública e ao objeto contratado;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;

- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE.

7. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE -

7.1 Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não se aplica.

7.2 Capacitação de pessoal:

Não se aplica.

7.3 Proposta de cronograma de atividade e seus responsáveis:

Não se aplica.

7.4 Servidores que participarão da fiscalização do contrato a ser celebrado:

Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira Chefe de Serviço de Controle Predial ID 5127637-2	Dominique Peres Galiasso Gerente de Administração e Logística ID 5128590-8
--	---

8. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO -

8.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE, RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO -

9.1 O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE -

10.1 Tendo em vista o princípio constitucional da promoção do desenvolvimento sustentável, deve-se prever critérios de sustentabilidade sempre que forem possíveis.

10.2 AMBIENTAL: Prioriza a proteção do meio ambiente, reduzindo o impacto das atividades humanas na natureza. Exemplos incluem o uso de recursos naturais de forma consciente, a redução de resíduos, a reutilização de materiais e a eficiência energética.

10.3 SOCIAL: Busca a justiça social, garantindo o bem-estar das pessoas e a inclusão de todos na sociedade. Exemplos incluem a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito aos direitos humanos, o combate à pobreza e a promoção da saúde.

10.4 ECONÔMICO: Visa a geração de riqueza de forma sustentável, garantindo a viabilidade financeira das atividades e a redução de desigualdades. Exemplos incluem a promoção de empregos, o estímulo ao desenvolvimento econômico local, a inovação e a busca por soluções econômicas que beneficiem a sociedade.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS -

11.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

11.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Atestamos que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos e parâmetros indicados nos arts. 7º a 10 do Decreto nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

Art. 7º - O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento obrigatório, constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, e que evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, servindo de base à elaboração do Anteprojeto, do Termo de Referência ou do Projeto Básico, de modo a permitir a avaliação pela autoridade competente acerca da viabilidade técnica e econômica da contratação, compreendendo os seguintes elementos mínimos:

II - relato descritivo acerca das contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, em especial, nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, quando cabível;

III - demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA do órgão ou entidade, quando cabível;

V - estimativa preliminar do valor da contratação a fim de permitir uma análise comparativa quanto à viabilidade econômica do tipo de solução a contratar pela autoridade competente, obtida a partir da utilização de um dos critérios previstos nos incisos I e II do Art. 29 deste Decreto, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;

VIII - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira

Chefe de Serviço de Controle Predial

5127637-2

Resp. pela demanda e elaboração

e

Dominique Peres Galiasso

Gerente de Administração e Logística

ID 5128590-8

Resp. pela demanda e elaboração

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 16/03/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dominique Peres Galiasso, Gerente**, em 16/03/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **127189974** e o código CRC **F9696B2D**.

Referência: Processo nº SEI-070002/002241/2026

SEI nº 127189974

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone: